



Revista
Portuguesa de
História
Militar

Ano V - n.º 8
Junho 2025



Revista Portuguesa de História Militar

Dossier:
Restauração Portuguesa (1640-1668)



RESTAURAÇÃO PORTUGUESA
(1640-1668)



Revista Portuguesa de História Militar
Ano V - n.º 8

Editor:
Comissão Portuguesa de História Militar

Diretores:
Abílio Pires Lousada e Humberto Nuno de Oliveira

Conselho de Redação:
Carlos Borges da Fonseca – Secretário-geral da CPHM
Jorge Silva Rocha – Gabinete de Apoio da CPHM

Conselho Editorial:
João Vieira Borges – Presidente da CPHM
Abílio Pires Lousada – Diretor da Revista
Humberto Nuno de Oliveira – Diretor da Revista
Membros do Conselho Científico da CPHM

Capa: Jorge Silva Rocha
Imagem de capa: Batalha do Ameixial (Pormenor) - Sala das Batalhas do Palácio Fronteira (Lisboa) - Cortesia Fundação das Casas de Fronteira e Alorna

IMPRESSÃO
Rainho & Neves - Artes Gráficas

Junho de 2025

Depósito legal: 494794/22

ISSN: 2795-4323

Todos os direitos reservados

FRANCISCO BARRETO E SEU PAPEL MILITAR NA RESTAURAÇÃO DO BRASIL ENTRE 1647 E 1654

Hermes Menna Barreto Laranja Gonçalves

“Francisco Barreto de Meneses é um dos maiores soldados de Portugal no século XVII. Ele só valia um exército...”

(CALMON, 1940)

Resumo

O presente artigo procura mostrar a trajetória do Mestre de Campo General Francisco Barreto de Meneses durante seu comando na parte final da chamada Insurreição Pernambucana, ou “*Guerra da Luz Divina*” (1645-1654). Esta, encerrou décadas de domínio neerlandês no Brasil e resultou na restauração da parte setentrional daquele (então) Estado a Portugal. Focada no período após as chamadas Batalhas do Guararapes (1648 e 1649), a narrativa mostra uma rápida biografia do general português, para, posteriormente, tratar dos principais eventos que levaram ao longo sítio do que chamamos de “*complexo defensivo*” do Recife-Mauritsstadt. A seguir, é feita descrição mais detalhada sobre as principais estruturas dessas amplas fortificações, ao final de 1653, culminando com uma

breve descrição do assalto realizado contra esse dispositivo, em janeiro de 1654. Tais defesas, aparentemente, pareciam de grande capacidade de defesa, mas acabaram sucumbindo ao poderio ofensivo português de modo relativamente rápido, devido a fatores diversos, incluindo, certamente, a liderança de Francisco Barreto. Ao final, o artigo procura discorrer, sem aprofundar, sobre o destino final das inúmeras fortificações lançadas pelos neerlandeses, mostrando inclusive o porquê de seu desaparecimento, sem esquecer da ação de comando do Mestre de Campo General, consagrado como o *“Restaurador de Pernambuco”*, nesse desfecho.

Palavras-Chave: Francisco Barreto; Defesas; Recife; Pernambuco.

Abstract

This article seeks to show the trajectory of Field Marshal General Francisco Barreto de Meneses during his command in the final part of the so-called Pernambuco Insurrection, or ‘War of Divine Light’ (1645-1654). This ended decades of Dutch rule in Brazil and resulted in the restoration of the northern part of that (then) state to Portugal. Focusing on the period after the so-called Battles of Guararapes (1648 and 1649), the narrative provides a brief biography of the Portuguese general, before going on to discuss the main events that led to the long siege of what we call the “defensive complex” of Recife-Mauritsstadt. Next, a more detailed description is given of the main structures of these extensive fortifications at the end of 1653, culminating in a brief description of the assault carried out against this device in January 1654. These defences apparently seemed to have great defensive capabilities, but they ended up succumbing to Portuguese offensive power relatively quickly, due to various factors, including, certainly, the leadership of Francisco Barreto. Finally, the article seeks to discuss, without going into depth, the final fate of the numerous fortifications built by the Dutch, showing why they disappeared, without forgetting the command of the Field Master General, known as the ‘Restorer of Pernambuco,’ in this outcome.

Keywords: Francisco Barreto; Defences; Recife; Pernambuco.

Ao final janeiro de 1654, graças aos ingentes esforços da população local, que se revoltara abertamente contra os invasores holandeses, ou neerlandeses⁽¹⁾

1. Para este artigo usaremos preferencialmente o termo neerlandês para os nascidos, ou a serviço, das Províncias Unidas dos Países Baixos (1581-1795).

(desde o ano de 1645) Pernambuco, “*jóia maior do Nordeste açucareiro*”, do então Estado do Brasil, tornou-se novamente território de Portugal (BOXER, 1961).

Tal processo de libertação do jugo estrangeiro não foi fácil, tendo demandado de seus participantes, décadas de luta aberta, e antes, clandestina, com destaque para os cabeças desse movimento. Dentre eles, podemos citar os heróis consagrados da chamada *Guerra da Luz Divina*, homens como: João Fernandes Vieira, natural do Funchal, na Madeira, António Dias Cardoso, nascido no Porto, André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão, nativos da terra, entre diversos outros.

Além desses vultos, sempre destacados, uma figura inescapável do processo de violenta expulsão dos neerlandeses, a exemplo de Matias de Albuquerque, na fase inicial da invasão, foi o Mestre de Campo General Francisco Barreto de Meneses.

A Insurreição Pernambucana (1645-1654), nascida no interior açucareiro da Capitania de Pernambuco, teve impacto profundo por todo entorno desse território, em especial nas capitanias vizinhas ocupadas pelas armas neerlandesas, a saber: Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará.

O presente artigo pretende apresentar alguns “feitos d’armas” assinalados pelo Mestre de Campo Francisco Barreto, e seus Mestres de Campo subordinados, após as Batalhas dos Guararapes (1648 e 1649), com destaque para sua liderança militar, que resultou numa grande vitória estratégica para as Armas portuguesas. Esta, obtida num breve assalto do Recife e Mauritsstad (janeiro de 1654), coroou um sítio de vários anos àquelas fortes posições defensivas das tropas da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), das Províncias Unidas dos Países Baixos.

A luta pelo açúcar do Brasil entrou na sua fase mais importante a partir de 1630, quando, graças a hiperextensão do poderio militar espanhol (sob os Habsburgos), então em plena Guerra dos 30 anos, tropas da chamada Companhia das Índias Ocidentais (WIC) neerlandesa, desembarcaram nos arredores de Olinda, na praia do Pau Amarelo (hoje no município de Paulista, Pernambuco), e logo marcharam sobre aquela cidade, ocupando-a e, finalmente, também ao porto do Recife (de Olinda).

Apesar dos valorosos esforços de Matias de Albuquerque, a bem da verdade, designado somente no ano anterior à invasão, para supervisionar a defesa de Pernambuco, o desempenho das poucas tropas, milícias e fortificações portuguesas foi considerado bastante deficiente.

A seguir, começou uma longa campanha de insurgência contra os efetivos invasores, tendo as milícias locais se destacado pelo: maior aproveitamento do clima, judicioso uso do terreno e a ousadia nas ações e emprego eficiente de táticas

de guerrilha. Ao contrário do que achavam os neerlandeses, os portugueses eram tão ou mais aguerridos que seus vizinhos ibéricos (BOXER, 1961)

Apesar de alguns anos de sucessos limitados portugueses, mas que impediram o domínio neerlandês completo do interior de Pernambuco, e de outras áreas vizinhas, já a partir de 1632, com a traição de Domingos Calabar, gradualmente os invasores ganharam terreno. A situação se complicou pela falta completa de reforços e recursos mínimos, a queda de várias localidades importantes de capitânicas vizinhas, até que seu principal centro defensivo, o Arraia de Bom Jesus, o Velho, nos arredores do Recife (hoje bairro da Casa Amarela) acabou sendo sitiado pelo inimigo.

Uma vez rompida essa defensiva, e com o bloqueio dos portos do sul de Pernambuco, os neerlandeses começaram a despachar forças para o interior, ocupar novas áreas litorâneas no entorno ao norte Pernambuco (Paraíba, Itamaracá e Rio Grande do Norte) acabando por, finalmente, destruir o Arraial de Bom Jesus, empurrando os portugueses para além do Rio São Francisco (então divisa entre as Capitânicas da Bahia e de Pernambuco).

O que dizer das medidas defensivas dos neerlandeses para a consolidação desse amplo território? Durante a sua presença no Nordeste do Brasil, desde os seus primeiros meses, nessa vasta área de operações tropical, os neerlandeses foram bastante ativos no estabelecimento de medidas defensivas adequadas para deter os constantes contra-ataques portugueses.

Um dos motivos da rápida vitória sobre os defensores das localidades de Olinda e Recife, a partir de fevereiro de 1630, foram: a crônica escassez de tropas, fortificações suficientes e reservas treinadas disponíveis - premissas militares consagradas para uma defensiva eficaz, mesmo naquele século XVI.

Era também algo de difícil execução pelo sistema de capitânicas português, com o que, os neerlandeses passaram a reforçar essas defesas. Vale lembrar que as poucas fortalezas portuguesas existentes, em boa parte construídas em pedra e alvenaria, foram mantidas pelo invasor, porém, adaptadas para um novo modelo complementar de arquitetura militar, mais expedito, baseado em muradas de terra batida, paliçadas, trincheiras e fossos - com ou sem água.

Tais defesas, além de mais baratas, e de maior rapidez de construção, possibilitaram às guarnições maior resiliência, uma vez que algum trecho fosse rompido pela artilharia inimiga, poderia ser essa brecha mais rapidamente reparada (CASTRO, 2009).

Este é um ponto importante: a maioria das posições defensivas neerlandesas, em especial no Recife e Cidade Maurícia (*Mauritsstad*) eram de taipa e terra batida,

mesmo no auge do domínio batavo nessas capitanias ocupadas (BOXER, 1961 e CASTRO, 2009).

Com o começo da Insurreição de 1645, e após os combates do Monte das Tabocas e da Casa Forte (agosto de 1645), as tropas da WIC são gradualmente rechaçadas até suas defesas litorâneas originais. Com o abandono do interior, os portugueses estabeleceram nova base de operações: o Forte do Bom Jesus (ou Arraial Novo). Desta feita, o novo forte, situado a sul do corte do Rio Capibaribe, e mais perto de sua base logística, no Cabo de Santo Agostinho, não seria uma praça-forte populosa, mas meramente uma base logística fortificada – sem moradores fixos (CASTRO, 2009).

O refluxo neerlandês foi sensível, tendo os portugueses prevalecido na maior parte dos confrontos de pequena monta, até a chegada de reforços consideráveis (cerca de 6.000 combatentes) da Europa, no começo do ano de 1648. Tendo chegado essa verdadeira expedição punitiva, o governo neerlandês local logo resolveu empregá-las para desbaratar a sofrida insurgência

As batalhas dos Montes Guararapes (em abril de 1648 e fevereiro de 1649) foram travadas basicamente no escopo dessas tentativas neerlandesas de, mais uma vez, romper o cerco português, sitiá-lo e ocupar o Cabo de Santo Agostinho, privando assim a Insurgência de sua principal base logística (CASTRO, 2009).

Por essa época, logo após um recrudescimento das hostilidades neerlandesas contra o comércio entre Portugal continental e o Brasil, Dom João IV finalmente se decidiu por designar um comandante militar formal para as tropas que haviam se insurgido em Pernambuco. Tratava-se de um jovem comandante que vinha se destacando seguidamente nos combates na fronteira do Alentejo: Francisco Barreto de Meneses.

Nascido em Callao, no Perú, por volta de 1616 ou 1619, filho único, legitimado, de pai português, a serviço da União Ibérica, naquele Vice-Reinado espanhol, desde jovem soldado, dedicou-se integralmente ao serviço do Rei de Portugal. Pouco se sabe sobre sua juventude, mas certamente acompanhou o pai em suas servidões militares até sua maioridade (PEREIRA, 2004)

Entre 1638 e 1640, participou da malfadada expedição luso-espanhola, comandada pelo Conde da Torre (ANTT, 1641), que tinha previsão de desembarcar, e lutar, diretamente em Pernambuco, tendo, após alguns confrontos navais iniciais com a frota neerlandesa, sido dispersa (CALMON, 1940). Após tal dispersão, algumas tropas remanescentes, cerca de 1.300 homens comandados pelo Mestre de Campo Luís Barbalho Bezerra, incluindo Francisco Barreto, foram desembarcadas, bem mais para o norte, no Porto dos Touros, localidade de sítio ainda em debates - até hoje (provavelmente, a meu ver, no estuário do Rio Pirangi, ao sul de Natal),

já na Capitania do Rio Grande (ARAÚJO JÚNIOR, 2020).

De lá, esse destacamento, empreendeu uma heroica marcha de retraimento, em situação de combate, através de vastas áreas ocupadas pelo inimigo (Capitanias de Rio Grande, Paraíba e Pernambuco), para atingir com seus sobreviventes a segurança, junto o corte do Rio São Francisco (então divisa entre Pernambuco e Bahia). Posteriormente, antes de regressar a Portugal, combateu uma surtida ofensiva neerlandesa no Rio Real (hoje em Sergipe). (ANTT, 1644, ANTT, 1647), VARNHAGEN, 1872, BOXER 1961).

Dessa campanha, além de um conhecimento mais aprofundado do inimigo e, em especial, do ambiente operacional onde teria de liderar tropas, anos depois, o futuro general travou contacto com diversos atores que teria sob seu comando, a partir das Batalhas dos Montes Guararapes.

De regresso do Brasil, foi condecorado com a Ordem de Cristo, por diversos serviços militares dignos de nota, além de seu triênio combatendo no Brasil (ANTT, 1641). Em 1643, por exemplo, esteve, no posto de capitão, comandando uma das companhias no Terço de Infantaria lisboeta do escocês *David Caley*. Sob o comando do escocês, aliás, se destacou no assalto e conquista das localidades de *Valverde de Leganés*, próximo a *Badajoz*, e *Valença de Alcântara*, no contexto da Guerra de Restauração com a Espanha (1640-1668) (ANTT, 1644), (ANTT, 1647), (FREITAS, 2008).

Nos anos subsequentes, foi guindado a mestre de campo, um dos mais jovens do Reino, logicamente, graças a seus méritos guerreiros, mas também, possivelmente, por suas conexões familiares e as graças de um agradecido Rei Dom João IV (ANTT, 1647).

Em reforço a isto, por exemplo, a nomeação de Francisco Barreto para o comando das tropas no Brasil, gestada a partir de 1646, foi uma proposta de João Rodrigues de Sá e Menezes, Conde de Penaguião, destacado membro do Conselho de Estado, com grandes interesses no Brasil. Mais além, Penaguião vinha a ser o pai da primeira esposa de Francisco Barreto, o que pode explicar a indicação para o posto desse jovem fidalgo português (DE MELLO, 2011).

Embora proposto por seu sogro, a escolha de Barreto para a missão no Brasil, se baseou em seus inegáveis méritos, muito além de sua notória vivência naquele território ultramarino, mas, principalmente, por seus serviços no Alentejo, durante a Guerra com Espanha. Este fato, pode ser constatado inclusive por seu destaque sob o mando de *Caley*, mas também por sua já citada nomeação, por merecimento, como Capitão de Cavalos, mas sobretudo por ter sido nomeado Mestre de Campo, prematuramente, por inequívoca escolha do Rei Dom João IV.

No que importa à nomeação para o Brasil, ela foi vista com ceticismo pelo Conselho de Estado, em Lisboa, tendo inclusive, em seus debates iniciais, sofrido grandes contestações. Por sinal, inclusive Matias de Albuquerque, como profundo conhecedor dos pernambucanos, pouco antes seu falecimento, disse que pensava que eles (os pernambucanos) certamente não iam gostar da juventude e suposta inexperiência de seu novo comandante (PEREIRA, 2004).

Apesar dos inúmeros percalços, foi enfim nomeado para a função, pelo Rei Dom João IV, em fevereiro de 1647. Sem perda de tempo, reuniu um pequeno Estado-Maior, uma escolta de cerca de 300 militares, e seguiu para seu novo posto com duas naus (CALMON, 1940).

Durante seu deslocamento para o Brasil, a pequena força naval que o transportava foi atacada e vencida por navios neerlandeses. Na ocasião, embora tenha oferecido combate, Francisco Barreto e diversos da sua escolta foram capturados, alguns feridos (inclusive o general), outros mortos, sendo levados presos para o Recife (PITA, 2011)

Conforme Calmon, o Mestre de Campo General ficou preso na casa de um certo *Jacques de Bra*, provavelmente, nos arredores das fortificações holandesas na Mauritsstad (CALMON, 1940). Desse cativo, após alguns meses de prisão domiciliar fugiu, com ajuda, provavelmente e mediante suborno, de um de seus carcereiros, o filho seu carcereiro neerlandês (*Francisco de Bra*), que acabou, posteriormente, se convertendo ao catolicismo e aderindo à causa dos portugueses (PITA, 2011).

Após esse desvio forçado pelos captos holandeses, Francisco Barreto finalmente chegou, de forma inesperada, ao Arraial Novo, ou Forte do Bom Jesus, em janeiro de 1648, onde encontrou os seus Mestres de Campo subordinados, já experimentados por vários anos de combate, ao inimigo neerlandês. Lá também pode rever inúmeros companheiros da Retirada de Luís Barbalho, em 1640, o que deve ter fortalecido ainda mais sua liderança local (PEREIRA, 2004).

Segundo Calmon, a chegada de Francisco Barreto ao Arraial do Bom Jesus, além de ter elevado o moral das desgastadas forças militares no terreno, deu aos insurgentes, apesar da mocidade do general, uma desejada unidade de comando em suas ações (CALMON, 1940). Mais que isso, sua liderança militar, mesclando conciliação e firmeza, quando necessário, demonstrou a chegada da institucionalidade do Reino Português, aos rudes guerrilheiros pernambucanos (perdida desde a partida de Matias de Albuquerque).

A partir das vitoriosas batalhas dos Guararapes, como resultado direto do recuo do ocupante holandês para suas praças-fortes, fortalezas e fortes no litoral, as operações ofensivas foram gradualmente substituídas por uma guerra de

emboscadas e pequenos golpes de mão, em posições isoladas. Com isso, restou evidente para a liderança militar portuguesa que se chegara a um impasse militar.

Apesar do Mestre de Campo General português, segundo seu costume, haver se esforçado para manter as rotinas de recrutamento, adestramento e reequipamento das milícias locais (o que vinha sendo feito, certamente desde o Monte das Tabocas); aliado a um constante, e agressivo, enfrentamento das poucas tropas holandesas que se expunham, a velocidade da campanha, gradualmente, estagnou.

Tal situação, se deu tanto pelo limitado esforço militar disponibilizado por Portugal, quanto pela realidade geográfica daquela vasta área de operações militares. Hoje sabemos que a aparente fortaleza defensiva dos holandeses em seus vários nichos litorâneos, encobria uma crise do poderio da WIC, que vinha num crescente, desde a saída de Nassau de suas funções.

Um problema básico, geralmente citado para a delonga no desfecho da longa guerra é a escassez dos insurgentes no que tange a equipamentos adequados de sítio (canhões e morteiros) e a experiência nesse tipo de tática especializada, e no qual os holandeses eram muito eficientes (JESUS, 1679)

Na verdade, e segundo a correta análise, nos constantes relatórios do Mestre de Campo General a El-Rey, os melhores resultados seriam obtidos se os holandeses não tivessem como serem reabastecidos pelo mar. Como até certo período histórico, o domínio dos mares circunvizinhos, e das linhas de comunicação com a Europa, foi sempre dominado pelos holandeses, tudo que os portugueses, e seus aliados nativos podiam fazer era manter a pressão e aguardar uma oportunidade vindoura (BOXER, 1961).

Apesar dessa resiliente hegemonia marítima holandesa, sua situação militar, e econômica, no Brasil foi impactada pela ousada, e vitoriosa, ofensiva de forças portuguesas, provenientes do Rio de Janeiro, a partir de maio de 1648, à Angola. Comandadas por Salvador Correia de Sá e Benevides, essas tropas, maioritariamente formada por soldados, marujos e milicianos do Rio de Janeiro e arredores, pegou de surpresa os holandeses, estancou seu suprimento de escravos negros, o que ajudou no declínio do seu poderio no Nordeste brasileiro (ALENCASTRO, 2000).

Voltando à estagnação da ofensiva portuguesa, como seria recorrente na história brasileira futura, tal impasse estratégico interno só seria rompido quando fatores externos àquela conjuntura, se fizessem presentes. E isto ocorreu a partir de maio de 1652, quando começou uma guerra entre a, ainda, Inglaterra (logo Grã-Bretanha) e as Províncias Unidas, com foco na hegemonia mundial naval futura.

Rapidamente, com os atritos e azares da guerra, a marinha holandesa deixou de singrar indisputada, e impunemente, desde o Atlântico até o Índico, com reflexos

tanto no aumento do poderio naval relativo português, quanto, e especialmente, na sua capacidade renovada de isolar os enclaves litorâneos holandeses no Recife e outros poucos pontos que ainda resistiam.

Um segundo fator de desequilíbrio, ao menos com efeitos regionais, foi a decisão do Rei de Portugal, a partir de 1649, de mandar criar a Companhia Geral do Comércio do Brasil. Segundo Boxer, tal arranjo, aliás creditado pela historiografia ao Padre António Vieira, famoso por seus brilhantes sermões na Igreja de São Roque da Lisboa seiscentista (no Bairro Alto), permitiu ao Reino dos Portugueses lançar ao mar, regulamente, frotas comerciais com o Brasil. Estas, ao par das naus mercantes, incluíam sempre, no mínimo doze ou mais naus de combate, portuguesas ou contratadas, e dezenas de outras embarcações, mais ou menos artilhadas levantadas pela Junta de Comércio de Lisboa (JESUS, 1679, BOXER, 1961).

Um terceiro, e último, aspeto importante, e que pode ter impactado na decisão de atacar o Recife, a partir de janeiro de 1654, foi o estado das fortificações neerlandesas no Recife, em função do intenso regime pluvial do Nordeste brasileiro. Segundo Gama, entre os meses de dezembro e fevereiro, em geral, a faixa litorânea de Pernambuco, imersa numa área tipicamente tropical, recebia elevadas quantidades de chuvas, o que, mantida a normalidade pluviométrica regional, pode ter significado um começo de verão bem chuvoso sobre a capital holandesas no Brasil, na virada de 1653 para 1654 (GAMA, 1847).

Nesse sentido, e como já foi afirmado mais acima, devemos lembrar que a maior parte das fortificações neerlandesas, no entorno do Recife (e por todo o Nordeste ocupado), eram feitos de taipa, paliçada, fossos e/ou terra batida. Com as chuvas torrenciais típicas desse período, e o gradual declínio dos (custosos) esforços de manutenção dessas defesas pelos ocupantes, a árdua missão de atacar o complexo defensivo do Recife pode ter parecido mais exequível aos planejadores portugueses.

Do que se tratava esse complexo defensivo? Para melhor compreensão colocamos neste artigo uma reprodução do mapa do Recife e arredores, em 1645, conforme elaborado em meados do século XIX pelo Capitão de Engenharia, do Exército Imperial Brasileiro, José Bernardo Fernandes Gama (GAMA, 1847). Nesse mapa, bem detalhado, e quase indisponível na internet, acrescentamos as principais fortificações (numeradas de 1 a 18) mencionadas por Bacelar, em sua *Relaçam Diária* (BACELAR, 1654) e em outros autores, e assinaladas no detalhado estudo do Professor Adler Homero Fonseca de Castro (CASTRO, 2009).

No que diz respeito às suas fortificações, a cidade do Recife (e da então cidade-quartel contígua, a Cidade Maurícia, Mauricéia ou *Mauritsstad*) apresentava, de

forma resumida (pois existiram por ali dezenas de defesas, em maior ou menor escala, lançadas ao longo dos séculos), por volta de 1653, as seguintes estruturas defensivas, de sul para norte:

1) Forte *Príncipe Guilherme* ou dos Afogados, nas margens do que era chamado, em algumas cartas da época, por “Rio dos Afogados” (e, na verdade, era um braço, a sul, do curso principal do Rio Capibaribe), que barrava (no Paço dos Afogados) o acesso terrestre sul ao porto do Recife (por uma estrada, em aterro, sobre uma ampla área alagadiça, a sul da Ilha de António Vaz.

2) Reduto do Esfaldado ou *Kijk in de Pot* e 3) Reduto *Steene* ou de Pedra, ao longo da estrada em aterro, que cruzava o começo da Ilha de António Vaz, que serviam de pontos de controle, em tempo de paz, e de bloqueio, em tempo de guerra. Esfaldado, mais recente, era construído com taipa, terra batida e paliçadas, enquanto o Steene, como seu nome diz, tinha seus muros de pedra e alvenaria, sendo originário de uma antiga trincheira portuguesa.

3) Reduto Amélia ou *Millhou*, sobre a chamada Campina do Taborda, área de maior elevação na parte sul da Ilha de António Vaz e cuja mesmo pequena altura, já detinha comandamento militar sobre o Forte *Fredrik Hendrik* ou Forte das Cinco Pontas.

4) Forte *Fredrik Hendrik* ou das Cinco Pontas, este forte, cuja posição, e em especial a dos seus 02 (dois) hornaveques – ou obras exteriores aos baluartes – apontados para sudoeste, cobria as principais fontes de água potável da *Mauritsstad* (e do próprio Recife), as chamadas cacimbas de Ambrósio Machado. Maior dos fortes locais dos neerlandeses, barrava o acesso sul tanto a *Mauritsstad*, quanto ao sul do porto do Recife. Em sua composição tinha: fossos duplos, muradas de terra batida e/ou taipa e uso de paliçadas (cercamento com estacas de madeira) (CASTRO,2009).



Imagem 1 - Óleo sobre tela “O Forte Frederik Hendrik, por Frans Post (1640). Acervo do Instituto Ricardo Brennand.

De oeste para leste, havia o acesso oeste para *Mauritsstad*, pela ponte de madeira sobre o Rio Capiberibe, sendo que nessa direção, e arredores, temos os seguintes Fortes e Reduto:

5) Forte das Salinas, Forte do Rego ou Forte *Soutpanne*, situado no continente, mais ao norte do Recife, na região das Salinas (hoje Bairro de Santo Amaro), o diminuto, e isolado reduto era o mais exposto do complexo defensivo neerlandês.

6) Forte *Alkmaar*, Altanar ou Altenar, distando cerca de 2 quilômetros para sul do anterior, com uma das faces às margens do Rio Capiberibe, o também pequeno reduto era feito de taipa e terra batida, tendo ao se redor o terreno sido completamente limpo de vegetação (BACELAR, 1654).

7) Reduto da Casa Boa Vista, situado no acesso oeste a *Mauritsstad*, e já na Ilha de Antônio Vaz, o adaptado reduto era baseado em edificação recreativa (Casa da Boa Vista), construída por Maurício de Nassau, com essa finalidade. Na época do sítio, virara um reduto de vigia, artilhado com 02 peças de artilharia de pequeno calibre.

De norte para sul, no istmo que ligava o Recife a Olinda, havia, sucessivamente, até se chegar às muralhas do Recife, as seguintes fortificações:

8) Reduto Dona *Brum*, ou do Buraco de Santiago;

9) Forte do *Brum*, incluindo o hornaveque do Perrexil, que os portugueses julgavam até ser um forte à parte do original. Era uma das melhores posições defensivas holandesas no complexo defensivo do Recife.

10) Forte de São Jorge, ou Castelo da Terra, que era uma das mais antigas fortificações do Recife antigo, tendo, contudo, pouco valor militar, desde sempre, por conta de sua arquitetura original deficiente. Na época do sítio de 1654, era mais uma posição de apoio (hospital de sangue) do que de combate.

11) Reduto nas Portas do Recife.

Fora desses principais acessos terrestres, apoiando a defesa desse núcleo central neerlandês, destacamos: o 13) o Forte *Schonenborch*, (omitido na planta) na altura da atual Favela da Brasília Teimosa, barrando o acesso terrestre e marítimo sul do Recife; 14) o Forte do Castelo do Mar, ou de São Francisco, nos arrecifes na entrada do Porto do Recife e, do outro lado da então tênue península portuária, na confluência dos rios Capiberibe e Beberibe, o arruinado 15) o Forte *Waedenburch*, ou das 3 Pontas, então situado numa ilhota na confluência dos rios Capiberibe e Beberibe.

Esse último forte, embora condenado, por sua localização precária (só tinha 3 baluartes porque um quarto era de construção impraticável, devido ao terreno

alagado), tinha idealmente a função de proteger o coração do porto e da *Mauritsstad*, a cidade-quartel dos neerlandeses, de quaisquer investidas ou bombardeios portugueses, aumentando a segurança do Palácio de Friburgo, ou *Vrijburg*, residência do Governador, construída por Maurício de Nassau, no fim de seu governo.

Finalmente, a defesa do núcleo governamental da WIC no Brasil, incluindo alojamentos e residências dos seus efetivos ali destacados, foi inicialmente missão direta do 16) Forte de Santo Antônio ou Forte Ernesto e da artilharia presente nas muralhas da 17) *Mauritsstad* e do 18) Recife.

Segundo Boxer, por volta de 1650, a guarnição neerlandesa desse complexo defensivo do Recife sitiado estava baseada em 04 (*quatro*) Regimentos (*Von Schkoppe, Van den Brande, Haulthain e Kerweer*), comandados pelo Tenente-General Sigismund Von Schkoppe totalizando cerca de 4.000 homens de duvidosa eficácia militar (BOXER, 1961). Desse total, segundo Daroz, somente cerca de 1.200 tinham realmente condições de combater, efetivamente, a um assalto decidido, por volta de 1654 (DARAZ, 2016), sendo importante ressaltar também, conforme Boxer, Varnhagen e outros atores, a perigosa situação disciplinar das tropas sitiadas, assoladas pela escassez de suprimentos e, em especial, de pagamentos.

Por outro lado, segundo informa Boxer, acerca dos efetivos dos sitiados, afirmou serem em torno de 3.000 homens ao redor do Recife, a saber:

“o regimento de João Fernandes Vieira, constituído principalmente de mulatos e pessoas recrutadas no próprio Pernambuco; o regimento de infantaria portuguesa, que André Vidal tinha trazido da Bahia; o regimento de índios potiguares chefiados por Dom Filipe Camarão e, finalmente, um regimento formado de negros, mulatos e escravos libertos, sob as ordens do negro veterano Henrique Dias” (BOXER, 1961).

Segundo Pita, por volta do final de dezembro, este efetivo foi reforçado por um destacamento da infantaria naval que chegaria com a armada da Companhia do Brasil, sob comando do Almirante Francisco de Brito Freire (JESUS, 1679, PITA, 2011), que não se sabe se reforçou os terços já no terreno, ou foram empregados em outras missões.

Não obstante, o assalto a esse complexo defensivo, centrado no Recife, somente foi tornado possível com a chegada, ao largo da cidade, de uma frota Companhia Geral de Comércio do Brasil, comandada por Pero Jaques de Magalhães, em dezembro de 1653. Tal evento, pelo tamanho aparente da armada, com cerca de 60 navios (sendo apenas 18 naus tipicamente militares) (PITA, 2011), certamente abalou o moral de soldados e moradores da capital neerlandesa do Brasil - que já vinha se deteriorando, gradualmente, com o passar dos anos.

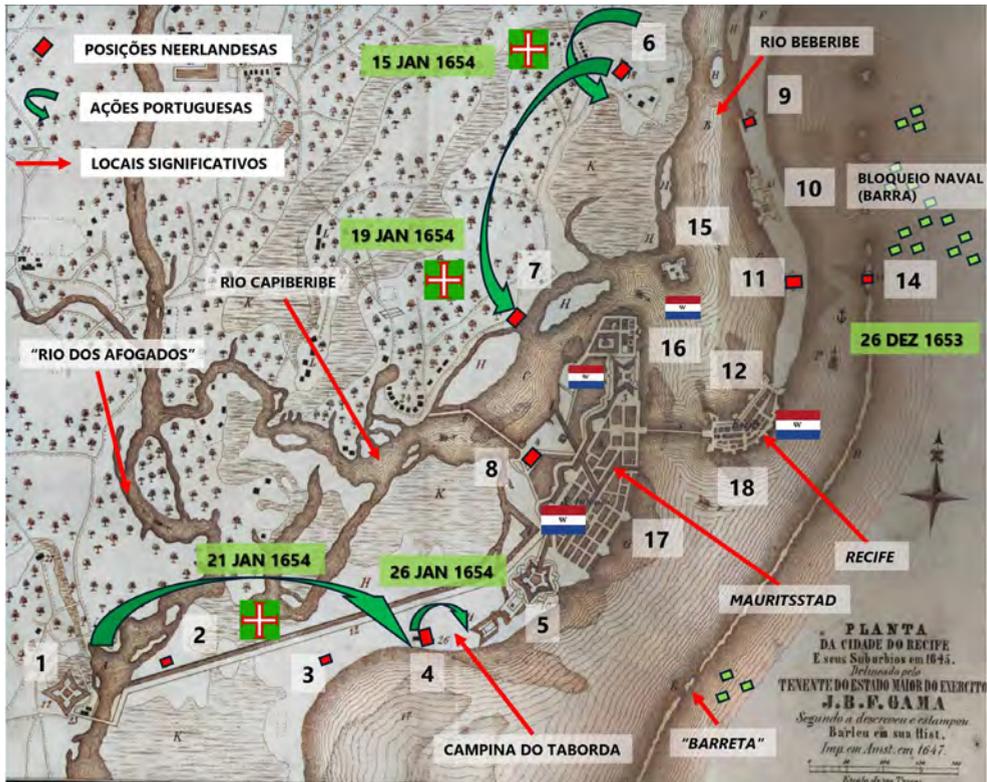


Imagem 2 - Sítio do Recife em janeiro de 1654 (Fonte: Mapa de J.B.F. Gama (1846), com esquemas esboçados pelo autor)

O bloqueio do Recife começou efetivamente, em 26 de dezembro de 1653, com o fechamento tanto da barra, quanto da chamada “barreta” (barra de entrada no porto para pequenas embarcações). Enquanto boa parte das nave menores da frota do Brasil seguiu para a Bahia, o grosso das forças navais ficou interditando completamente a cidade (JESUS, 1679). Em paralelo, as forças terrestres começaram a cerrar os meios para a ativação, de facto, das operações de sítio sobre as posições holandesas, o que demorou quase uma quinzena. A estratégia adotada por Francisco Barreto foi sustentar o isolamento da praça-forte com efetivos mínimos, enquanto investia os fortes mais externos com força local esmagadora.

O primeiro forte a ser atacado, em 14 de janeiro de 1654, foi o mais vulnerável: o Forte das Salinas (hoje desaparecido), cuja localização parece ter sido onde hoje temos o Cemitério dos Ingleses, no Bairro de Santo Amaro. Guarnecido por cerca de 70 homens, e apesar de uma tentativa frustrada de reforço com tropas a partir do Recife, o Forte capitulou entre os dias 15 e 16 de janeiro (BACELAR, 1654; JESUS, 1679)

De imediato, na tarde de 16 de janeiro, Francisco Barreto determinou que os meios de sítio, fossem deslocados para o Forte Altenar, cerca de 2 km para sul do anterior. Para esse local, na área chamada *Villa*, pelos neerlandeses, deslocou-se o terço de João Fernandes Vieira, que, de pronto, iniciou os procedimentos de ataque coordenado à fortificação.

Para esse ponto crítico, como ocorreria durante toda as operações que foram levadas a efeito, deslocou-se também o Mestre de Campo General e seu Estado-Maior, visando prestar apoio cerrado a esse ataque principal (BACELAR, 1654). Nessa altura, Francisco Barreto foi informado que os neerlandeses, para economia de meios, haviam determinado o abandono do Reduto/Forte do Buraco de Santiago (no acesso norte) e de *Schonenborch (Barreta)*(no acesso sul), com o que determinou que forças portuguesas ocupassem, de imediato, essas posições.

Voltando ao forte sitiado, apesar de ter recebido alguns reforços e munições, no dia 17, no final de 19 de janeiro, sob forte bombardeio, e possivelmente por ter enfrentado um motim das tropas sitiadas, o Forte Altenar capitulou. Segundo Bacelar e Calmon, dessa capitulação resultou a captura do Major Berghen, e cerca de 185 militares da WIC (de um efetivo inicial de cerca de 235), além de 10 peças de artilharia (BACELAR, 1654 e CALMON, 1940).

Tomado Altenar, no dia 20, Francisco Barreto determinou o bombardeio, a partir dessa posição recém-conquistada, do Forte *Waedenburch* (03 pontas) - que ficava bem na rota do centro do dispositivo inimigo. Tratava-se de uma finta que pretendia desviar o foco neerlandês do verdadeiro alvo de sua nova investida: o Forte das Cinco Pontas (no eixo sul) (BACELAR, 1654).

No dia seguinte (21 de janeiro), pela manhã, os neerlandeses determinaram o abandono do Forte dos Afogados, bem como dos 02 (dois) redutos na estrada aterrada que dava no Forte das Cinco Pontas. Paralelamente, foi determinada pelos neerlandeses a ocupação do antigo, e arruinado, Fortim *Milhou*, ou Amélia (com quatro baluartes de terra e um fosso cheio de água das marés, sobre a chamada Campina do Taborda - discreta elevação logo a sul do Forte das Cinco Pontas.

Vendo isto, Francisco Barreto determinou, de imediato, que o terço do Mestre de Campo André Vidal de Negreiros, com cerca de mil homens, atacasse a nova posição holandesa o mais rápido possível. Ao anoitecer daquele mesmo dia (21), Negreiros, acompanhado do Sargento-Mor António Dias Cardoso, cruzou o Passo dos Afogados, rumo à Campina do Taborda (no sul da ilha de António Vaz), tendo sua marcha sido iluminada pelos 02 (dois) redutos incendiados pelos neerlandeses em retirada.

Com a maré vazante, deixando o fosso seco, a força de Negreiros atacou de improviso, sem preparação, as muradas do forte em reconstrução, que estava

guarnecido por uma companhia de infantaria da WIC, comandada pelo Capitão *Van den Brinck* (filho do Coronel morto na 2ª Batalha dos Guararapes) (BACELAR, 1654).

Após intenso combate corpo-a-corpo, com perdas significativas para ambos os lados, naquela mesma noite, a força batava se rendeu, entregando a posição. Parte dos defensores, contudo, em fuga, foi acolhida pelos defensores do Forte das Cinco Pontas.

No dia seguinte, já com o Estado-Maior do Mestre de Campo General, e ele próprio, na Campina do Taborda, os portugueses rechaçaram um contra-ataque, de pequena monta, mal-conduzido, determinado pelo General *Von Schkoppe*, ao fim do qual, em 23 de janeiro, o Conselho de Governo neerlandês decidiu propor um cessar-fogo e o início do processo de capitulação da Praça-Forte.

Após quase 72 horas de negociações, realizadas na área entre o Reduto Amélia e o Forte da Cinco Pontas, chegou-se a um acordo final, em 26 de janeiro, no que se chamou de Paz da Campina do Taborda (DAROSZ, 2016). Francisco Barreto aceitou somente os termos de uma rendição completa dos neerlandeses, incluindo todos os fortes e aquartelamentos neerlandeses nas possessões portuguesas ocupadas pelas tropas da WIC.



Imagem 3 - Óleo sobre tela “A Rendição dos Holandeses no Recife em 1654”, por Baltazar Dornelas Câmara (1977). Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Segundo Calmon, um aspecto notório dessa capitulação, graças à ação de comando de Francisco Barreto, foi o seu caráter humanitário, mesmo após 30

anos de uma encarniçada luta. Foi uma “rendição honrosa, cavalheiresca, com uma amnistia geral, repatriados e vencidos em condições dignas, com o direito de cada um levar o que possuía...” (CALMON, 1940). Por falar em vencidos, estes deveriam evacuar o Brasil, num prazo de até 03 (três) meses, sendo que essas tropas, desarmadas, foram mandadas aguardar, com pagamento e suprimentos, o transporte para suas pátrias, nas ruínas de Olinda, logo ao norte do Recife.

Segundo Calmon, a ocupação do Recife-*Mauritsstad* (e outras praças) resultou na captura de: 500 casas, 300 canhões – de calibres diversos, 38 mil balas, 5 mil mosquetes e 2 mil arrobas de pólvora (CALMON, 1940), além da captura de milhares de soldados (e dezenas de estandartes) neerlandeses. Com isto, e à luz da imensa vitória, relativamente incruenta, obtida por Francisco Barreto, sobre essas fortalezas holandesas da foz dos Rios Capibaribe e Beberibe, pode ser que, muito mais que do que das vitórias dos Montes Guararapes, tenha advindo dessa conquista a base para a concessão de seu futuro título condal (o Conde do Rio Grande, que, aliás, preferiu não utilizar, passando-o para seus descendentes) (ANTT, 1689).

Com a consolidação da vitória portuguesa, o futuro Governador da Capitania de Pernambuco, Francisco Barreto, começou a decidir sobre as ações futuras para a governança do vasto território retomado para o Rei. Nesse sentido, no que tange à defesas do Recife, sem dúvida, tendo noção dos custos envolvidos, decidiu que boa parte do complexo defensivo neerlandês do Recife poderia ser simplesmente abandonado, haja vista a baixa probabilidade de um novo ataque estrangeiro, no curto prazo

Como resultado, nos anos seguintes, foram abandonadas todas as defesas do anel externo do Recife, já citadas mais acima: o Forte Príncipe Guilherme, o Forte *Waedenburch* (então já praticamente condenado), o Forte *Schonenborch*, os Fortins das Salinas e Altenar, os Redutos *Amélia*, *Kyik in den Pot* e *Steene*, entre outros.

Quanto às defesas centrais do Recife e da *Mauritsstad* temos que o Forte Ernesto foi desmilitarizado, voltando a ser meramente o Convento de Santo Antônio, tendo inclusive o que restou do Reduto Casa da Boa Vista, sido incorporado a prédios vizinhos. Quanto ao Forte Castelo do Terra, desde sempre julgado impróprio para uso defensivo efetivo, foi degradado em prol do Forte do Brum, mais à norte (que foi refeito em pedra e alvenaria), eventualmente desaparecendo.

Permaneceram ativos e sendo constantemente melhorados, os Fortes: das Cinco Pontas, do Brum e o Castelo do Mar, sendo por isto, justamente, os que chegaram (à exceção do Castelo do Mar) aos dias de hoje, mais ou menos, como eram a partir do retorno português.

Tal era a confiança do Rei de Portugal, e de seu Conselho de Estado, na

capacidade de Francisco Barreto que, mesmo no rescaldo da Guerra em Pernambuco e arredores, esse fidalgo foi cogitado e, logo depois, confirmado para o Governo e Capitania (militar) Geral do Estado do Brasil, em Salvador, assim que se completasse a designação do 6º Conde de Atouguia, Jerônimo de Ataíde (ANTT, 1656)

Segundo Pedro Calmon, Francisco Barreto, haja vista o copioso rol de resultados obtido por sua principal campanha militar, ao longo de 06 (seis) anos ininterruptos de combate, pode ser considerado um dos maiores generais portugueses do século XVII (CALMON, 1940).

Esse herói da Restauração do Brasil – e também de Portugal (PEREIRA, 2004), é objeto de reverência e evocação histórica pelo Exército Brasileiro, até hoje. Simbolicamente, além do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, nas proximidades do Recife, que preserva a memória daqueles feitos, diversas unidades militares terrestres brasileiras, centradas, ou não, no atual estado de Pernambuco, reverenciam Barreto e outros heróis.

É o caso da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada – *Brigada Francisco Barreto de Menezes*, que garante Pernambuco, sediada no Recife, até hoje, evocando permanentemente a figura do destacado general e defensor incansável daquela terra. Além dela, podemos citar sua Região enquadrante, a 7ª Região Militar – *Região Matias de Albuquerque*, que apoia logisticamente as tropas dos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Francisco Barreto, desde jovem, militar de excelente reputação, no Brasil é pouco conhecido fora dos círculos militares e dos civis mais patriotas. Não obstante, dada sua reputação, o lema da excelência militar, *Terror Belli, Decus Paci*, (presente no bastão dos marechais de França), certamente lhe serviria bem: foi implacável na guerra, demonstrando temperança na vitória - talvez por prudência, mas também por grandeza, ou *grandeur*, típica dos melhores cabos de guerra da história

Referências Bibliográficas

1. Documentos Manuscritos

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Carta Mercê da Ordem de Cristo a Francisco Barreto. Chancelaria da Ordem de Cristo. Livro 36. Fl.64. 17 de dezembro de 1641.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Carta-Patente de Capitão de

Cavalos. Chancelaria Dom João IV. Livro 16, fls. 204v./205. 13 de abril de 1644.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Alvará de nomeação de Francisco Barreto como Governador do Brasil. Chancelaria Dom João IV. Livro 28. fl.76. 12 de agosto de 1656.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Alvará de nomeação de Francisco Barreto como Governador do Brasil. Chancelaria Dom João IV. Livro 28. fl.77. 12 de agosto de 1656.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Alvará de Mercê do Título de Conde do Rio Grande em Pernambuco a Lopo Furtado de Mendonça... Chancelaria do Rei Dom Pedro II. Registo Geral das Mercês, Dom Pedro II, Livro 1, folha 380. Lisboa, 05 de março de 1689.

2. Documentos Impressos

ALENCASTRO, Luis Felipe . O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras. 1ª Edição. 2000.

ARAÚJO JUNIOR, Pedro Pinheiro. Não é terra de préstimo e nunca foi povoada: a territorialização dos sertões do Cabo de São Roque (1500-1719). Mossoró: EDUERN, 2020.

BACELAR, Antonio Barbosa. *Relaçam diaria do sitio, e tomada da forte praça do Recife, recuperação das Capitánias de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Ciará, e ilha Fernão de Noronha por Francisco Barreto*. Lisboa: Officina Craesbeekiana. 1654.

BOXER, Charles Ralph. Os holandeses no Brasil 1624-1654. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1ª edição. 1961.

CALMON, Pedro. Francisco Barreto - Restaurador de Pernambuco. Lisboa: Agência Geral das Colônias. 1940.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações do Brasil de 1504 a 2006, Volume III, Região Nordeste. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro. 2009.

DARÓZ, Carlos. A Guerra do Açúcar. Rio de Janeiro: BIBLIEX. Coleção General Benício – Volume 525. 2016.

DE MELLO, Evaldo Cabral. O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669. Editora Companhia das Letras, 2011.

FREITAS, Jorge Penim de. Um escocês ao serviço de D. João IV – o mestre de campo David Caley (1ª parte). in Guerra da Restauração: Blog de História Militar dedicado à Guerra da Restauração ou da Aclamação, 1641-1668. 28 DEZ 2008.

Disponível em <https://guerradarestauracao.wordpress.com/2008/12/28/um-escoces-ao-servico-de-d-joao-iv-o-mestre-de-campo-david-caley-1%c2%aa-parte/>.

GAMA, José Bernardo Fernandes. Memórias Históricas da Província de Pernambuco. Tomo III. Recife: Typ de M.F. de Faria. 1847.

JESUS, Frei Rafael de. Castrioto Lusitano: empresa e restauracao de Pernambuco & Capitanias confinantes...acontecidos pello discurso de vinte quatro anos, e tirados de noticias, relações e memorias certas. Lisboa: Impressão de Antonio Craesbeck. 1679.

PEREIRA, José Gerardo Barbosa. A Restauração de Portugal e do Brasil. Rio de Janeiro: BIBLIEx. Coleção General Benício. Volume 409. 2004.

PITA, Sebastião da Rocha. História da América Portuguesa. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

VARNHAGEN, Francisco. História das lutas com os hollandezes no Brazil desde 1624 a 1654. Lisboa: Typographia de Castro Irmão. 1872, Livro sexto.

HERMES MENNA BARRETO LARANJA GONÇALVES

De julho de 2022 a junho de 2024, foi o Oficial de Ligação do Exército Brasileiro para Assuntos Culturais e Doutrinários junto a República Portuguesa. Atualmente, é o Chefe de Gabinete da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural (DPHCEX), do Exército Brasileiro.



Como citar este texto:

GONÇALVES, Hermes Menna Barreto Laranja – Francisco Barreto e Seu Papel Militar na Restauração do Brasil Entre 1647 e 1654. Revista Portuguesa de História Militar – Restauração Portuguesa (1640-1668). [Em linha] Ano V, nº 8 (2025); <https://doi.org/10.56092/JGPU6442> [Consultado em ...].